

RECURSO ESPECIAL Nº 1.834.154 - RS (2019/0254381-3)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
RECORRENTE : CONSELHO REG DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADO : LUIS FERNANDO STURMER DA ROSA - RS080170
RECORRIDO : MARLETE CELLA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo CONSELHO REG DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, com fulcro na alínea “a” do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região assim ementado (e-STJ fl. 31):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL. CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL. CITAÇÃO DO EXECUTADO. DESPESAS POSTAIS. ÔNUS DO EXEQUENTE. Nos processos de execução fiscal movidos por Conselhos de Fiscalização Profissional, as despesas com a postagem das cartas de citação não estão incluídas nas custas iniciais adiantadas pelos exequentes.

Embargos de declaração rejeitados (e-STJ fl. 46).

Nas suas razões, a parte recorrente aponta violação do art. 152 do CPC/2015 e defende que a realização da citação é incumbência do escrivão ou do chefe de secretaria, não sendo possível transferir à parte exequente a incumbência que a lei expressamente atribuiu aos serventuários da justiça.

Juízo positivo de admissibilidade pelo Tribunal *a quo* (e-STJ fl. 66).

Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre destacar que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo 3).

Considerado isso, verifico que a irresignação recursal não merece prosperar.

No caso concreto, o Tribunal de origem esclareceu que "a decisão agravada não autorizou o executado a fazer a entrega pessoal do mandado de citação ao executado, por meio de um de seus servidores. Ela apenas possibilitou que o exequente poste, pelo correio, o mandado de citação do executado, que está assinado pelo juiz. Portanto, a decisão agravada não delegou ao exequente a citação do executado" (e-STJ fl. 32).

Superior Tribunal de Justiça

Nesse passo, o Tribunal *a quo* explicou que "a controvérsia em exame diz respeito às **despesas com serviços postais** para a citação dos executados, nos processos de execução fiscal" (e-STJ fl. 32).

Contudo, o recorrente, nas razões do apelo nobre (e-STJ fl. 53/60) direciona a discussão para a **operacionalização do ato citatório**, tema este afastado pelo Regional, conforme visto acima.

Nesse panorama, observa-se que as razões recursais estão dissociadas no decidido no aresto recorrido. A desarmonia entre o decidido no acórdão recorrido e as razões tecidas na peça recursal retrata deficiência na fundamentação do especial e atrai a aplicação ao caso da Súmula 284 do STF, em incidência analógica.

Acerca da hipótese, conferir os seguintes precedentes: AgInt na Pet 10.743/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, Primeira Seção, julgado em 10/05/2017, DJe 17/05/2017, e AgRg no REsp 1.375.233/AL, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, Primeira Turma, julgado em 08/09/2015, DJe 23/09/2015.

Por outro lado, o único fundamento adotado pelo Tribunal de origem para manter a decisão agravada de que, "nos processos de execução fiscal movidos por Conselhos de Fiscalização Profissional, as despesas com a postagem das cartas de citação não estão incluídas nas custas iniciais adiantadas pelos exequentes" (e-STJ fl. 31) não foi especificamente impugnado pelo recorrente, o que atrai a aplicação do óbice de conhecimento estampado na Súmula 283 do STF.

Ante o exposto, com base no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator